

O BRASIL E OS RISCOS DE NOVOS E VIOLENTOS DISTÚRBIOS CIVIS

Vinicius D. Cavalcante,

CPP o autor, é consultor em segurança, membro do Conselho Diretor da ACRJ e Diretor da ABSEG no Rio de Janeiro.
vdcsecurity@hotmail.com

Os brasileiros estão bastante acostumados à atuação das unidades de policiamento de choque de suas polícias estaduais, até pelo fato de que, em nosso país, tais grupos executam escolta de comboios com valores do Banco Central, escolta de dignitários com batedores, escolta de cargas perigosas, repressão aos motins em cadeias e penitenciárias, policiamento no transporte coletivo, serviços de guarda em instalações governamentais, custódias de presos militares da PM, bem como de outros detentos audiências e julgamentos de grande repercussão, policiamento em apoio às demais unidades, segurança em estádios de futebol, segurança em eventos públicos, desportivos e artísticos, cerco e ocupação de favelas e morros, operações em praias etc.

Há algum tempo a atuação das mesmas em distúrbios civis normalmente se limitava às brigas de torcidas após jogos de futebol, a remoção de populações carentes em áreas de despejo ou a dispersão de protestos localizados (na maioria das vezes, pequenos e realizados por populares descontentes), normalmente para liberar vias de tráfego interrompidas. Há um bom tempo em que não se via manifestações em larga escala. Ainda que, vez por outra a força de choque fosse convocada em face de uma manifestação dos movimentos sociais, o efetivo orgânico de choque das polícias vinha sendo perfeitamente capaz de lidar com tais situações.

Nada em nosso país se assemelhava às imagens que, a partir de dezembro de 2010, nos chegavam da Primavera Árabe. O termo, calcado na tentativa de abertura política tcheco-eslovaca brutalmente reprimida pela U.R.S.S. em 1968, refere-se de uma onda de protestos que começou na Tunísia (onde a população foi às ruas para derrubar o ditador Ben Ali, que estava no poder há 24 anos) e se alastrou pela Líbia, Egito, Argélia, Iêmen, Marrocos, Turquia, Bahrein, Síria, Jordânia e Omã. Esse período de históricas transformações, que se estendem do Norte da África ao Oriente Médio, está longe de acabar e as multidões continuam indo para as ruas reivindicar melhores condições de vida, depor ditadores e solicitar eleições livres. O fato que deflagrou o início da revolução tunisina foi um episódio envolvendo o jovem Mohamed Bouazizi, que vivia com sua família vendendo de frutas e que teve os seus produtos confiscados pela polícia por se recusar a pagar propina. Extremamente revoltado com essa situação, Bouazizi ateou fogo em seu próprio corpo, num evento que abalou a população de todo o país e que fomentou a concretização da revolta popular. Na Líbia, motivados pela vitória da população da Tunísia, jovens foram às ruas com o claro objetivo de depor Muammar Kadhafi e a repressão que se seguiu provocou uma violentíssima Guerra Civil. Kadhafi morreu combatendo os rebeldes em outubro de 2011, mas o país até hoje não recuperou a normalidade. No Egito, a população foi maciçamente às ruas para pedir a saída do ditador Hosni Mubarak. Após diversos embates com as forças de segurança o exército depôs o seu líder e vem tutelando um controverso processo de abertura política. Na Síria, o clamor pela saída do ditador Bashar al-Assad, cuja família vem se perpetuando no poder há 46 anos, gerou uma nova e sangrenta Guerra Civil, com milhares de mortos.

No Brasil, nosso quadro de aparente tranquilidade começou a se alterar em maio de 2013. No dia 16 de maio, a capital do Rio Grande do Norte foi alvo de uma grande manifestação contra o aumento do preço das

passagens de ônibus e o protesto, pacífico, logrou forçar o prefeito local a cancelar o aumento de R\$0,20 aplicado à tarifa.

Uma semana depois, em Goiânia novos protestos aconteceram, motivados pelo aumento das tarifas de transporte público e a partir daí, manifestações se estenderam para outras capitais como São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba, Fortaleza, Brasília, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador e São Luiz.

Normalmente as manifestações de rua surgem a partir de problemas sociais e econômicos de forte apelo emocional. Quando a população de uma localidade se sente vítima de uma ordem econômica injusta, acredita que é tratada injustamente ou não é ouvida pelas autoridades, se dispõe a protestar. Nas manifestações que ocorreram no Brasil na segunda metade de 2013, o estopim teria sido o aumento de passagem; contudo, convenhamos, as inúmeras outras irregularidades no trato com a coisa pública, mordomias e a corrupção, sobretudo no meio político, foi o que levou milhares de brasileiros às ruas num protesto até então sem precedentes. As pautas de reivindicações eram diversas, contudo tinham a diminuição do valor das passagens de ônibus como objetivo comum. Não há dúvidas que esse foi um momento histórico, com uma dinâmica nova e características bem distintas de outros movimentos de massa ocorridos no país: agrupou os mais diferentes segmentos de público, teve abrangência nacional, convocou a participação das pessoas pela internet, era totalmente descentralizado, sem lideranças aparentes ou qualquer tipo de hierarquia e, ao menos inicialmente, demonstrou uma vocação ordeira e pacífica.

Mas aí surgiram aqueles interessados em promover arruaças, brigar, perpetrar saques e vandalizar o patrimônio público e privado...





Winston Churchill costumava dizer que era “na hora do perigo que os homens se lembram de Deus e dos soldados”. Quando as multidões tomam as ruas, os governantes invariavelmente se lembram das tropas de choque; mas, como normalmente acontecem nas guerras, as tropas tendem a treinar se preparando para os combates que já aconteceram, e não para as por vezes imprevisíveis modalidades que ainda estão por vir. Os distúrbios civis de 2013 tinham feições novas e as forças de segurança custaram a perceber tais nuances e a responder à altura. Quando convocadas, as unidades de polícia de choque se viram diante de situações completamente novas, com uma grande dificuldade de atuar num cenário onde seu papel variava rapidamente entre o “garantidor da segurança do cidadão”, numa enorme concentração de pessoas onde se postulavam reivindicações das mais legítimas, e o “brutal braço repressor de um governo corrupto”, que, sem o perfeito foco de onde concentrar sua força, por vezes se excedeu na aplicação da violência contra inocentes. Com equipamentos inadequados, teve de atuar num cenário onde se fazia necessário reprimir apenas uma pequena, porém pernicioso, fração de manifestantes, a qual conseguiu, com sua atuação, afastar a grande maioria da população ordeira que, de forma romântica apoiou e integrou o movimento em seus instantes iniciais.

O comando das unidades policiais, exercido segundo critérios essencialmente políticos, nem sempre permitiu que se implementasse uma correta conduta técnica de controle de distúrbios, levando a polícia a hesitações e a atuações reativas e tardias, levando a culpa por falhas que, na verdade, não lhe deveriam ser imputadas.

Os distúrbios do ano passado excederam a capacidade dos grupamentos de policiamento de choque de diversas unidades da federação. Nunca antes dessas manifestações de 2013, os efetivos de polícia especializados foram empregados em escalas tão apertadas, praticamente sem folgas, e esse emprego continuado, em missões de enorme desgaste físico e emocional, certamente comprometeram o bom desempenho técnico da tropa. Além do cansaço inerente ao trabalho policial, a exposição continuada a ação agressiva e violenta dos grupos de vândalos e criminosos pode ter concorrido para a exaltação de ânimos no seio da tropa e para a ocorrência de respostas passionais de alguns policiais, que agiam (ou reagiam) de forma muitíssimo mais violenta do que o normalmente esperado. As necessidades ditadas pelas manifestações concorreram para que, além dos efetivos altamente especializados e bem treinados das unidades de controle de distúrbios, policiais novatos e seus colegas mais antigos, empregados em policiamento ordinário, acabassem sendo lançados na missão de choque, sem que houvessem sido treinados para isso. No Rio de Janeiro, policiais do interior, bem como outros sem qualquer experiência, chegaram a ser agredidos. Um deles perdeu sua arma enquanto tentava defender a sede da Assembleia Legislativa de uma depredação sem precedentes. Esses efetivos, algo improvisados, não estavam preparados para atuar em face da grande guerra de nervos do enfrentamento dos arruaceiros Black Blocs e deverão ser instruídos para se posicionar frente a esses desafios operacionais.

Técnicas e Táticas

Quando os protestos começaram a se suceder, ficou claro para as forças de segurança que seus grupamentos de policiamento de choque teriam muito trabalho. A idéia de controlar uma multidão e fazer com que ela se comporte ou aja exatamente como você desejaria é algo extremamente difícil. As reuniões pacíficas,

legais e autorizadas ainda que com a possibilidade de um agravamento pela de ânimos ou ação de agitadores, não deve ser acompanhada preventivamente no local da ocorrência pela tropa de choque. É altamente recomendável que a Tropa de Choque permaneça longe das vistas dos manifestantes, porém em local que permita fácil acesso à multidão em desordem, permitindo sua intervenção com rapidez e forte fator de coação psicológico. As unidades policiais especializadas no controle de distúrbios antes de atuar na dispersão de manifestantes, analisarão a composição e as motivações da população na manifestação, as características topográficas do terreno, a perspectiva de uma escalada de violência etc. Depois de uma avaliação preliminar, a qual certamente levará em consideração questões de imagem governamental e riscos políticos, as forças de segurança, paulatinamente implementarão suas táticas de exibição de força, disposta em formações táticas adequadas. O comando fará ultimato de desocupação (dando o tempo necessário para desobstrução das vias e dispersão da multidão) e só terminado o prazo estabelecido empenhará sua tropa em ação. A imagem de uma força disciplinada com trajes e equipamentos especiais se posicionando numa formação em frente a uma turba (que é a multidão que age criminosamente e sem controle), tem o propósito de intimidar psicologicamente todos os que estão delinquindo. A formação “em linha” é normalmente empregada para fazer com que os manifestantes recuem, para dirigi-los através de uma área ampla e descoberta, ou, ainda, fazê-los seguirem para um local determinado, isolando-os ou retirando-lhes da área onde possam causar maiores problemas. Defensivamente, tal disposição da tropa é usada para conter a manifestação ou bloquear-lhe o acesso a determinados pontos, ruas ou estradas. A formação “em cunha” é empregada para penetrar e separar grandes blocos de manifestantes. Ela pode ser modificada para prover um círculo defensivo, bem como para atender a situações em que se faça necessário uma rápida mudança de direção da tropa. A formação “escalonado” é usada para dispersar um ato posicionado ao lado de uma edificação, muro, parede ou áreas semelhantes. Pode ser utilizada para mudar a direção do movimento de uma manifestação, forçando-a a seguir para áreas de escoamento. Na ofensiva, é empregada, como a formação “em linha”, para dirigir o movimento da massa numa só direção.



Os policiais de choque normalmente não portarão armas de fogo, sendo dotados apenas de capacetes com protetores faciais, escudos de proteção balística, cassetetes e eventualmente espargidores de gás de pimenta e granadas não-letais. Na doutrina de controle de distúrbios civis, as formações de policiais de choque contarão com apoios de retaguarda com armamentos coletivos de tipo letal (espingardas e armas curtas) e não

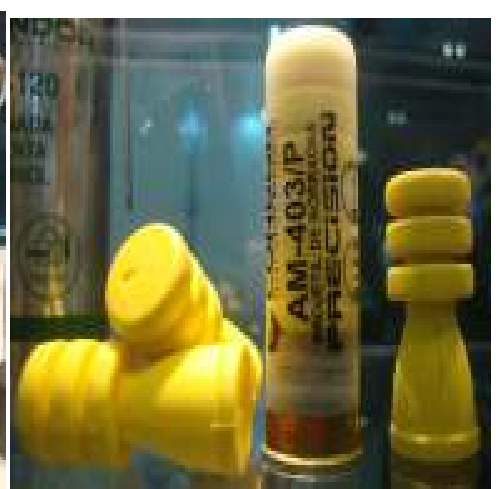
letais (lançadores de granadas, espingardas munidas de cartuchos com projéteis de impacto controlado etc) capazes de assegurar a melhor cobertura para os efetivos da linha de contato.



Uma vez desencadeada a ação, a tropa de choque deve sempre manter os manifestantes sempre à sua frente (e no máximo nas laterais), salvaguardando sua retaguarda a qual deverá estar sempre coberta por outro escalão policial. A tropa busca dispersar a turba e quanto mais caminhos de dispersão forem dados à multidão mais rapidamente ela se dispersará. A multidão não deve ser pressionada contra obstáculos físicos, contra outra tropa ou deixada acuada, sem possibilidade de saída, pois tal confinamento certamente acarretará consequências violentas e indesejáveis.

Além do emprego de agentes químicos lacrimogênicos, gás de pimenta, projéteis de borracha e do avanço contra a multidão hostil com escudos e cassetetes, uma possibilidade que poderia ter sido mais

explorada era o uso de marcadores de tinta. Quer em projéteis, granadas ou misturada na água lançada contra os manifestantes, a tinta aspergida contra aqueles criminosos que se infiltram nas manifestações para agredir, roubar ou depredar patrimônio público e privado permite identificá-los e prendê-los para averiguação mesmo que fora da cena de sua atuação criminosa.





Equipamentos para o Controle de Distúrbios

As manifestações encontraram as unidades de controle de distúrbios das polícias estaduais razoavelmente bem providas de armamento menos-letal. Num artigo de minha autoria publicado na edição de número 106 de Segurança & Defesa, o leitor pode ter uma idéia sobre o que são as chamadas armas não-letais e sobretudo sua aplicação no âmbito da atividade policial. Conquanto os distúrbios originados das manifestações de 2013 fossem praticamente impossíveis de prever, a frequência e a intensidade dos embates quase exauriu os estoques de munições empregadas contra as turbas. Nunca se despendeu tanta munição química (sob a forma de granadas e espargidores de gás de pimenta) e outras bombas de efeito moral. Estoques tiveram de ser repostos em regime de emergência e até munições de validade vencida foram utilizadas. Normalmente as forças de choque utilizam trajes apropriados para a proteção dos policiais, com acolchoamentos e reforços para protegê-los de pancadas, capacete com viseira, coletes à prova de balas, escudos, cassetetes e uma ampla gama de granadas lacrimogêneas, de pimenta, de luz e som, além de diversos tipos de sprays de gás ou espuma de pimenta. Além dessas granadas empregadas aqui no Brasil, existem outras bombas de arremesso que contêm tinta marcadora bem como outras que ao explodirem projetam esferas de borracha não-letal chamadas de Stingball.



No Brasil, ainda não dotamos nossas unidades de controle de distúrbios com projetores sonoros de alta potência, os quais poderiam ter sido de grande valia para a dispersão de turbas durante as manifestações do ano passado. Hoje existem diversos tipos de modelos, desde os maiores, para dotação em veículos, até os pequenos, montados em escudos balísticos e transportáveis por um só homem. Do jeito com que jogamos dinheiro fora com uma corrupção desenfreada não dá pra imaginar a razão para ainda não termos adquirido vários desses para as polícias de choque brasileiras...



Muitas das unidades de choque das polícias estaduais possuem veículos blindados destinados ao transporte de tropas, bem como viaturas especializadas capazes de promover a dispersão de turbas com potentes jatos de água sob pressão. Por vezes, um único veículo provê a opção de viatura de transporte com o canhão d'água. A maioria desses veículos é de fabricação nacional, como os modelos produzidos da Massari e pela Centigon. Curiosamente, o Rio de Janeiro (que sempre manteve veículos diferentes para o transporte de tropa e asperção de água) e aposentou seu antigo Brucutu há alguns anos, nos distúrbios do ano passado precisou recorrer a uma solução improvisada, adquirindo um veículo basicamente idêntico ao utilizado pela empresa de limpeza urbana da capital.



É flagrante a inadequação de desenho do veículo novo (à direita) em comparação ao antigo (à esquerda), que ele substituiu.



Moderno veículo de dispersão com canhões d'água da polícia holandesa, totalmente carenado.

Suporte de Inteligência

Sun Tzu dizia que o passo prévio para ser bem sucedido num combate era conhecer muito bem seu inimigo bem como ter perfeita consciência de nossa própria capacidade e limitações. Modernamente, as forças de segurança não devem chegar às manifestações sem saberem ao certo com quem irão se defrontar, quais seriam os objetivos de tais grupos, quais as táticas das quais esses elementos costumam lançar mão, quais suas “armas” etc. O suporte de inteligência vai tentar buscar identificar as lideranças da manifestação e dos grupos que nela se infiltram para perpetrar crimes. Uma investigação que precede a manifestação (e que

normalmente começa na própria manifestação anterior) vai buscar fotos dos “cabeças” e quaisquer informações que possam ser correlacionadas ou influenciar aos eventos nas ruas.

Uma vez que muitas das manifestações e das ações de arruaça são engendradas com a ajuda da internet e das suas redes sociais, a inteligência vai buscar o rastreamento e a identificação positiva dos organizadores, de grupos ou instituições patrocinadoras bem como daqueles participantes mais exaltados, que efetuem chamamento às ações violentas ou que exaltem condutas tipicamente criminosas. Quando da ocupação de uma instalação e um prédio público tal trabalho pode ser facilitado a partir da monitoração constante por circuito fechado de televisão (partir da estrutura já existente ou, caso a mesma seja danificada, por câmeras veladas que sejam secretamente posicionadas no local), pela coleta de impressões digitais e pelo monitoramento de telefones fixos e celulares que pode ser autorizado pela justiça.

É extremamente importante poder identificar os participantes das ações criminosas. No caso das manifestações brasileiras, há indícios de que pessoas vinculadas a grupos e partidos políticos de cunho revolucionário, militantes de aluguel (que recebiam para participar das manifestações e perpetrar vandalismo), integrantes de torcidas organizadas violentas, criminosos comuns, traficantes de drogas (no Rio de Janeiro, insatisfeitos com as UPPs e a perda de receitas), viciados em drogas e sem teto desocupados tenham se unido para praticar crimes concomitantemente às manifestações. Havendo essa suposição da formação de quadrilhas, sempre que possível telefones celulares de pessoas detidas para averiguação deverão ser retidos, identificados e seu segredo quebrado a fim de revelar quem são as pessoas que integram os grupos envolvidos na prática de crimes contra o patrimônio e até os eventuais atos de terrorismo que tanta repulsa nos provocaram.

Modernamente, quando todo mundo com um celular na mão busca captar uma cena de “excesso das forças de segurança”, a inteligência também tem por missão acompanhar as diversas frentes do confronto nas ruas, a fim de filmar as ações dos grupos de criminosos, as quais normalmente não costumariam aparecer na internet. Tais filmes tanto servem para tentar identificar os autores dos delitos, quanto para sensibilizar a população para o fato de quem está fazendo o quê nas manifestações. Durante as manifestações, agentes de inteligência utilizando coberturas como fotógrafos e cinegrafistas, atuarão na “cobertura” de tudo que puder ser de utilidade para o serviço das forças de segurança. A utilização de agentes de inteligência policial operando sob disfarce na multidão deve ser tratada com extremo cuidado (e sigilo) a fim de que tais profissionais não sejam detectados e sua presença forneça munição para críticas à atuação policial.

Apoio do Ministério Público e do Judiciário

Lamentavelmente, o que se viu em diversas manifestações pelo Brasil foram turbas cujo poder foi sensivelmente inflado pela cobertura recebida da mídia querendo impor sua vontade a todos os demais segmentos da população, impedindo a livre circulação e querendo taxar de criminosas todas as ações legítimas das forças de segurança pública. No Rio, São Paulo e Brasília os grupos Black Blocs chegaram ao absurdo de afirmar que a presença da polícia nas ruas é que provocaria a legítima reação violenta dos manifestantes, sendo apoiados por inúmeros artistas, intelectuais, políticos e um expressivo contingente de advogados. Eu próprio presenciei, na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, um “representante da OAB” que tentava garantir o Direito de ocupação de um numeroso grupo de mascarados, trajados de negro, que, sem se identificar e ao arrepio da norma, forçou a entrada no prédio municipal depois do horário de funcionamento normal da casa legislativa. Os cidadãos que querem exercer seu Direito (até mesmo para protestar) normalmente vêm à Câmara no horário usual de funcionamento, se identificam e entram de cara limpa, sem necessitar forçar os portões e se introduzir no prédio como num estouro de boiada. Ao tentar entrar num prédio público, sem identificação, fora do horário e com fogos de artifício, o cidadão sinaliza que suas intenções não podem ser das melhores.

As polícias, o Ministério Público e o Judiciário tem de atuar juntos. Os policiais militares, que estarão na ponta da linha atuando no controle de distúrbios, devem se especialmente instruídos acerca de como proceder na detenção daqueles buscam muito mais do que simplesmente protestar no âmbito de uma manifestação. Nada pode ser mais danoso nessas situações do que aquela sensação de que a polícia prende e a justiça solta. Uma vez que há tanta dificuldade em tipificar condutas adversas, efetivamente detendo e processando vândalos e criminosos, faz-se importante que as instituições do ministério público e da justiça possam respaldar as ações policiais, sobretudo as que venham a esvaziar as turbas, impedindo ocorrências de distúrbios. Conquanto saibamos que a esmagadora maioria das pessoas que participam dos atos criminosos em

manifestações não residam perto dos locais de onde os distúrbios acontecem, é necessário que se possa apoiar, por exemplo, ações de revista policial em ônibus ou em pontos de concentração de manifestantes. Nesses locais, quem quer que esteja portando mochilas com toucas ninja, máscaras contra gases, atiradeiras, bolas de gude ou esferas metálicas de rolamentos, fogos e outros petrechos, deveria ser conduzido à delegacia policial e preempitoriamente identificado, ainda que liberado em seguida. Esse procedimento, que em nada objetivaria cercear o Direito de ir e vir, e ajudaria a identificar objetivamente quem pretenderia mais do que simplesmente protestar.

Operações Psicológicas

Modernamente, o enfrentamento de manifestantes e forças de segurança se tornou, também um embate publicitário, onde as unidades de controle de distúrbios e os participantes dos protestos competem pelo apoio da população. A batalha é desigual, pois existindo muito mais manifestantes que policiais, os mesmos, munidos de câmeras e celulares que filmam, podem, sem muito esforço conseguir imagens que deponham contra as forças policiais. Ainda que as forças policiais não cometam quaisquer excessos, as imagens, devidamente retiradas de seu contexto ou editadas, acabam mostrando o policiamento de choque como arbitrário, bárbaro e, violento. Se algum leitor duvidar dessa possibilidade eu me remeto ao fato de que o filme do cinegrafista amador que mostrou o motorista negro Rodney King apanhando de um grupo de policiais brancos em Los Angeles, em março de 1991, dura 18 minutos e 16 segundos, a despeito de que, apenas poucos segundos foram exibidos pelas redes de TV no horário nobre. Nas imagens editadas não mostram que o “pobre cidadão”, sob efeito de álcool (e provavelmente também de drogas), recusou-se a cumprir as ordens dos agentes que o abordaram, investiu contra um policial, resistiu a dois disparos de taser, de 50.000volts, voltando rapidamente a ficar de pé e não se acalmado, mesmo depois de algemado.

Do ponto de vista das forças de segurança, Operações Psicológicas são um conjunto de ações de qualquer natureza, destinadas a influir nas emoções, nas atitudes e nas opiniões da população ou de algum de seus segmentos, com a finalidade de obter comportamentos predeterminados que venham ao encontro das necessidades ou vontade das autoridades. Um fator chave para assegurar o sucesso de uma política de segurança contra os grupos organizados de anarquistas, vândalos e criminosos que agiram e provavelmente continuarão agindo em face de novas manifestações, consiste no assegurar o firme compromisso da população em apoiar suas forças de segurança, repudiar os criminosos e suas práticas, negando-lhes toda sorte de colaboração. As Operações Psicológicas devem angariar simpatia e o apoio da população para o trabalho das forças de segurança e se contrapor às campanhas denigratórias que buscam retratar a polícia como inimiga cidadão, instituição facista etc. A propaganda é a grande ferramenta das Operações Psicológicas, mas não se deve confundir-la com uma propaganda política clássica, já que, enquanto esta visa basicamente a influir na opção de votar num partido ou num candidato, aquela procura influir em convicções mais profundas, tal como a decisão de abandonar um curso de ação, repudiá-lo maciça e publicamente ou ainda deixar de apoiar um lado numa disputa etc.

Conclusões

Passados cerca de sete meses das manifestações de junho, o gigante, que se disse haver acordado, voltou a adormecer. Embora nossas instituições democráticas continuem desmoralizadas e carecendo reformas urgentes, a perspectiva de uma Primavera Brasileira parece suspensa, embora ninguém possa arriscar por quanto tempo. Analisando friamente, a ação violenta dos Black Blocs (e dos demais arruaceiros e criminosos que perpetraram toda sorte de vandalismos durante as manifestações de 2013) ajudou a afastar as pessoas de bem das ruas e deu uma providencial sobrevida aos governos que, de outra forma poderiam ter se visto numa situação muitíssimo pior do que a que atravessaram. Na verdade, como bem observou o historiador Marco Antonio Villa, “o gigante continua adormecido. Em junho teve apenas um espasmo, nada mais do que isso”; porém, nada nos leva a crer que os problemas das manifestações violentas não possam ressurgir. Os gastos com a realização da Copa do Mundo, em oposição a todas as precariedades de nossa infra-estrutura, bem podem concorrer para acirrar os ânimos da população. Em São Paulo já tivemos uma amostra disso em 25 de janeiro. No Rio de Janeiro também não sabemos como o tráfico de drogas irá se comportar e se verá as novas manifestações como oportunidade de também desafiar o poder constituído do Estado.

As tensões sociais se agravam por uma variedade de questões, tais como a fome, a falta de oportunidades de emprego, a falta de serviços públicos essenciais ou a prestação inadequada desses serviços, falta de habitação, a corrupção da administração pública, a violência policial; e isso produz um campo extremamente favorável para a eclosão de novos protestos violentos. Nessas situações basta um pequeno incidente, boataria, ou ato de injustiça para inflamar grupos no seio de uma multidão para levá-la às ações violentas.

Distúrbios Civis são fruto dessas inquietações ou tensões coletivas que tomam a forma de manifestações e que descambam em atos de violência ou de desordem. O enfrentamento dessas situações exige emprego tático de unidades de choque bem equipadas, bem adestradas e disciplinadas. Em face dos riscos que hoje vivenciamos, nossa preparação, o empenho e os investimentos em treinamento e equipamentos serão os fatores chave no enfrentamento dessa ingrata missão de controle e restabelecimento da ordem, frente a novas (e talvez até mais intensas e violentas) manifestações como as que possivelmente nos acometerão. O que estamos fazendo para contornar as deficiências de nossas forças de segurança e nos acautelarmos frente a eventual repetição de todos aqueles problemas?

Não me parece que estejamos hoje, tão mais capacitados para lidar com tais agitações do que estávamos em maio ou junho de 2013.

Infelizmente, salta aos olhos a impressão de que, mais uma vez, não somos capazes de aprender com toda a nossa própria e dolorosa experiência. Daí talvez decorra a máxima segundo a qual, “errar é humano; e persistir no erro é política governamental”

CENTRO DE PESQUISAS ESTRATÉGICAS PAULINO SOARES DE SOUSA

Universidade Federal de Juiz de Fora

